

ABATALLHA

DIÁRIO DA MANHÃ

DIRECTOR — Manuel da Silva Campos

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor — Carlos Maria Coelho



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI — Número 1.809

Quinta-feira, 16 de Outubro de 1924

PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Café da Combrã, 38-A, 2.º e Lisboa — PORTUGAL

TELEFONE — 5339-C

Officina de Impressão — Rua da Atalaia, 111 e 113

Apreciando as pretensões das «forças vivas», o proletariado de Lisboa, reunido por convocação da U. S. O., afirma a disposição em que está de intervir quando e como determinarem os seus legítimos organismos de classe.

A LIÇÃO DOS FACTOS

Não há dúvida de que o movimento das «forças vivas», eacerrando os estabelecimentos comerciais representou uma importante manifestação de solidariedade. O operariado deve reflectir neste facto, que denuncia da parte dos seus inimigos uma predisposição para a luta e qualidades de resistência que não podemos desprezar. É preciso que o operariado se comprometa de que tem a encontrar pela frente um inimigo enérgico, organizado, com grandes recursos e que, para o combater, precisa de retemperar também as suas qualidades combativas.

As «forças vivas» alguma coisa aprenderam conosco. A greve dos comerciantes seguiu um pouco os processos grevistas dos operários: nomearam-se comissões de vigilância, fez-se a resistência organizada aos amarelos e considerou-se que deixar de encerrar os estabelecimentos representava uma tração à classe, uma condenável falta de brio. Mas os comerciantes fizeram mais: denunciaram uma melhor tática no seu movimento. Enquanto os operários procedem muitas vezes impulsivamente, sentimentalmente, sem olhar a que deles pode pensar o meio em que as suas greves se produzem, os comerciantes mudaram tudo, calcularam tudo. Habitados a calcular o consumidor, usaram de todos os ardis para não se comprometerem perante a opinião. As excepções que abriram para padarias, mercearias, leitaria, restaurantes, hotéis, farmácias, carvoarias foi uma habilidade que denota muito fino e inteligência. Por um lado evitaram as defecções que naturalmente se irjam dar, por outro lado tomaram o papel simpático de defensores do

consumidor, embora nós saibamos muito bem o interesse que os consumidores lhes têm merecido.

Sob este ponto de vista alguma coisa podem aprender os operários. Uma das condições de triunfo para uma greve é ser ela bem recebida pelo público e não aparecer com o aspecto de ser feita contra o público. A propaganda da greve, a sua repercussão na opinião pública foi sempre um assunto de grande importância, que às vezes é descurado pelos que nesses movimentos tomam parte, fazendo deles uma obra de paixão e de revolta em vez de serem ataques preparados inteligentemente e ponderadamente para atingir um certo objectivo.

Vão agora os industriais fazer o encerramento das fábricas e oficinas. Vêm exceptuadas também dentro da capa de santos que querem arranjar, as indústrias de géneros de primeira necessidade. Entre as excepções não figuram os jornais. Os jornais, pois, teriam de ir para a greve. Mas, não irão. E neste ponto ainda as forças vivas não imitam: nas nossas greves, mesmo as de imprensa, a Batalha tem-se publicado. Os órgãos jornalísticos das forças vivas, não deixarão por isso de publicar-se também.

Mas o que há a frisar, sobretudo, é esta união das forças vivas esta solidariedade que deram uma prova incontestável. Vê-se que essa gente, tantas vezes dividida pela rivalidade dos interesses, sabe unir-se quando compreende que essa união lhe é favorável para a defesa dos próprios interesses económicos. E' isso que precisamos não perder de vista e prepararmos, mostrando que aproveitámos com a lição que nos foi dada.

A grande imprensa

O século vem queixar-se de ter sido ameaçado pela sua atitude, tendo recebido várias cartas eletrônicas intimando-o a atacar a república e a defender o aumento da circulação fiduciária. O público compreende, porém, o jogo. As forças vivas possuem, pelo menos, dois grandes jornais. Um aparece com o aspecto conservador e defende, embora por vezes veladamente, as forças vivas. O outro finge atacar-las.

De forma que o leitor que se desgoste dum é apanhado pelo outro jornal. Não se perde nenhum comprador porque tudo lá vai cair no mesmo saco. E há ainda esta vantagem: quando for preciso tornar pública certa notícia tendenciosa, tanto o órgão que defende a república como o outro que procura comprometê-la, ambos a publicarão, chegando ela assim a gregos e troianos que a acreditaram como vinda do jornal em que depositam mais confiança.

E é isto a grande imprensa.

Correios e Telégrafos

Melhoria de vencimentos ao pessoal maior e menor

Logo que regressou de Beja na terça-feira, o ministro do Comércio, conferenciou com o engenheiro sr. António Maria da Silva, acerca do projectado decreto de melhorias ao pessoal maior e menor dos correios e telégrafos, que não traz aumento de taxas nem qualquer encargo para o público, mas atende a situação precária daquele pessoal. O pagamento dos 70 dias, em que parte do pessoal deixou de trabalhar, em caso algum será feito a esses empregados, mantendo o governo a atitude definida desde que tomou posse e conseguiu normalizar este importante serviço público.

UM DECRETO

Foi proibido por um decreto às pessoas que sofriam de doenças contagiosas e a quem se tratava de se empregar na manipulação de géneros alimentícios; não só os laticínios como o pão, as massas, a pastelaria, os talhos, etc. Em segundo lugar, afastadas essas pessoas do trabalho a que se dedicavam e que fazem delas, como as sustentam, que destino lhes dão?

Essas criaturas não trabalham por gosto. Doentes, precisando de ser tratados, o seu próprio interesse seria não trabalhar, o seu serve para lhes agravar os seus padecimentos. Trabalha porque necessitam, para fugir a um mal maior. Pensaram nisto os legisladores a república?

A lei do inquilinato

contra a instrução primária

E' eloquente a carta que o sr. Manuel Barroso, secretário geral da União do Professorado Primário enviou ao dr. sr. João Corrêa, chefe do gabinete do ministro da Instrução. As suas claras afirmações, que confirmam absolutamente o que tanta vez temos dito, não podem deixar de ser arquivadas pela Batalha:

«Sr. director — Mais de 1.500 escolas primárias em todo o país, estão encerradas por falta de casa, devido à nova lei do inquilinato, que revoga a lei de 1.º de 1900 que não permitia os despejos por falta de pagamento nas casas arrendadas pelo Estado. O professorado, está alarmado. O país ficará sem instrução primária se o governo não tomar rápidas e energias providências. Para prova, o seguinte telegrama que acabo de receber:»

«SAO PEDRO DA COVA, 12. — Professora de São Pedro da Cova, Gondomar, pede a comissão executiva a intervenção dos ministros da Instrução e da Justiça, no sentido da suspensão imediata do violento mandado de despejo da escola, sem ter conhecimento do processo o delegado do ensino, e da prisão do senhor (a) Maria de Jesus Brito, professora.»

O que sucede à escola de S. Pedro da Cova, Gondomar, sucederá a mais de metade das escolas do nosso país, das escolas da República, enfim. As que não forem despejadas ruirão por falta de reparos. Quem lance os olhos para este descabido do Ninguém, a não serem os professores. Que tristezas! Sabe v. ex.ª porque são despejadas as escolas? Sim, deve saber, assim como sua ex.ª o ministro, a quem pedimos providências muito antes de votada a lei do inquilinato, lei que devia chamar-se antes a lei do sequestramento. As folhas para pagamento das rendas são remetidas pontualmente à 1.ª repartição da contabilidade e tais folhas não admitem erros, mas a 1.ª repartição e o seu pessoal dormem, riem, escarregam e... depois de tudo isto não ordenam os pagamentos aos senhores e... ainda por cima são louvados e honrados com prestígio os funcionários, embora as escolas sejam despejadas e fiquem sem instrução primária! Meu amigo: tudo isto entenda, tudo isto justifica a revolta que lava já infrene dentro da minha classe. Que providências se adoptaram? Nenhuma. As escolas são aterrorizadas, aterrorizadas, e fica tudo como dantes, para desprestígio do Estado, da República e de todos, digamos. Desmoronam os edifícios escolares do Estado, proliferam os mandados de despejo dos arrendados a particulares, estolam os professores da provincia por não lhes pagarem os seus vencimentos durante 2, 3, 4 e 5 meses e fica o ministro indifferente a todos estes crimes de lealdade, como se não fossemos perniciosos criminosos de Portugal! No entanto, os verdadeiros quadrelheiros, que assaltaram e assaltam os cofres do Estado, não são castigados, não são punidos, continuam a mandar em Portugal. Enfim, confiamos em melhores dias. Queira perdoar este desabafo, rude e verdade, mas franco e lial. (a) Manuel Barroso, secretário geral da União do Professorado Primário Oficial.»

Os serviços dos telefones

Da Arcada enviam-nos a seguinte informação:

«Os directores da Companhia dos Telefones conferenciaram ontem depondamente com o sr. ministro do Comércio acerca do decreto de novas tarifas, que será publicado brevemente, ficando resolvidos certos detalhes. As novas tarifas terão como base a libra a 120 escudos, mas como serão alterados em 1.º de Janeiro próximo, serão diminuídas consideravelmente a partir daquela data em face da melhoria cambial.»

Isto «traduzido quer dizer» as tarifas dos telefones vão agora a ser aumentadas; mas em 1.º de Janeiro, em virtude da baixa cambial, sofrerão diminuição.

Está errada a tradução!

O COMBATE AO ERRO E Á INIQUIDADE

A C. G. T. E A SITUAÇÃO ECONÓMICA E ESPIRITUAL DO PROLETARIADO

Vai iniciar-se uma larga acção vulgarizadora -- de instrução e educação social --

Numa das últimas reuniões do Conselho Confederal da C. G. T. foi aprovado um extenso e bem elaborado parecer acerca das necessidades económicas, morais e sociais do país. Nesse parecer salienta-se com exactidão o minúcio a situação do proletariado e apresenta-se um plano destinado a combater alguns dos males da sociedade portuguesa.

Trata-se dum documento que vinha as preocupações da C. G. T. e a maneira como ela se preocupa com todas as questões que se referem ao trabalho e aos trabalhadores, motivo porque passamos a reproduzi-lo na íntegra:

A Confederação Geral do Trabalho, organismo representativo do proletariado consciente do país, é chamada a intervir, sem quaisquer compromissos, mas eficientemente, na vida social e económica portuguesa.

Órgão representativo do trabalho e dos trabalhadores, a C. G. T. interessa-lhe tudo o que diga respeito à produção, ao consumo, à educação, à liberdade, e a todas as questões de ordem social.

Sentinelas vigilantes dos interesses gerais e imediatos dos trabalhadores, não pode passar-lhe despercebido o que decorre em volta do eixo em que gira a sua acção de classe em frente da classe oprimida, detentora da riqueza e do poder; e, assim, a C. G. T. não tem descurado os problemas chamados nacionais, de solução imediata ou futura. Tão só não está na sua agenda resolvê-los, mas mesmo propor soluções para os mesmos.

Não o tem feito nem o fará agora. Não pode resolver os problemas nacionais, porque nem tem poderes de Estado, nem dispõe da riqueza, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho.

Nada propõe nem propõe, porque vivendo-se em regime burguês, no qual predomina o direito de propriedade privada e a imposição da força, como garantia de privilégio, qualquer solução teria o carácter duma reforma, implicaria colaboração mais ou menos estreita e isto seria não contribuir para a destruição das causas da permanência do mal estar resultante do sistema capitalista.

O papel da C. G. T. perante o Estado

A C. G. T. existe por virtude do mal estar proveniente da desigualdade económica-social, gerada pela usurpação de toda a riqueza pela classe que ao mesmo tempo dispõe do poder, que impõe a sua vontade desconsiderada e que, contra todo o espírito de justiça e de respeito das conquistas da ciência e da liberdade, persiste em conservar um condicionamento moral convencional que lhe permite gozar por todo o sempre a propriedade exclusiva da riqueza natural e da produção realizada pela classe trabalhadora.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T. seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Órgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salariato nem a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei ou ao indivíduo, superior unicamente pelo nascimento, pela riqueza, pela posição política ou social.

Mas, se a C. G. T., como organismo de luta, combate tanto quanto lhe é possível todas as causas da injustiça social, caracterizadas pelo salariato ou personificadas no patronato, compreendendo neste o Estado, também, e simultaneamente, procura contribuir para a elevação moral, material e física do operariado, desenvolvendo a sua capacidade, por forma que num próximo futuro esteja habilitado a tomar posse de todos os meios de produção e a reger os interesses sociais, de harmonia com as necessidades da comunidade, igualitária e livre.

E' um processo revolucionário que insensivelmente se executa num duplo sentido: dirige-se, no plano destruidor, contra o Estado e o Patronato, como instituições sociais representativas dos privilégios de casta e de classe por substanciarem as causas determinantes da opressão e da miséria proletárias; no plano reconstitutivo, dirige-se a todos os que produzem, pelo músculo ou pela inteligência, as utilidades económicas, científicas ou artísticas, como técnicos ou profissionais, para que se agrupem no Sindicato, na Federação, na Confederação — aos trabalhadores manuais, para que organizem Escolas, Bibliotecas e Conferências educativas; e aos trabalhadores da inteligência, para que integrem nas correntes operária e socialista modernas de emancipação económica e de libertação social, e todos unidos material e intelectualmente, realizem um trabalho de conjunto na construção do novo edifício social, limpo de todas as causas geradoras do mal-estar humano.

Tal processo não exclui o necessário conhecimento de todos os fenómenos económico-sociais que se produzem fora do âmbito em que gira a luta proletária ou ideológica. Pelo contrário. Pois que toda a crítica tem que ser fundamentada em factos positivos, a C. G. T. incute o dever de interessar-se e interessar as massas organizadas nas questões relativas à economia nacional, assim como às que se relacionam com a vida social e nomeadamente com a instrução e educação das gerações novas.

A C. G. T. tem ter funções de Estado, que regista e combate, tem que acompanhar, passo a passo, a obra do Estado que rega politicamente o país, na parte em que essa obra se relaciona com o consumo e a produção, com a instrução e a educação, assim como no que respeita aos problemas da liberdade.

De outro modo não poderia a C. G. T. orientar-se com consciência e com verdade na sua acção diária de crítica e de demolição.

Particularmente, na acção sindicalista contra o patronato, a C. G. T. recebe directamente dos Sindicatos e das Federações os conhecimentos industriais, a orientação e o impulso necessários.

Mas, presentemente, a administração das coisas é feita superiormente pelo Estado, na presunção de harmonizar juridicamente as desavenças que a concorrência individualista possa produzir, como a derivação do liberalismo económico, entre a família burguesa.

E' o Estado que realiza os contratos internacionais para a indústria e para o comércio; é o Estado que conhece, ou deve conhecer, da existência dos bens móveis e imóveis, dos transportes e outras vias de comunicação, da moeda e dos câmbios, das dificuldades ou possibilidades económicas para a agricultura, para a indústria, para o comércio, etc.; é o Estado que desenvolve o fomento, que favorece ou tolhe as iniciativas; é o Estado, em suma, que tudo prevê, que tudo regulariza, que tudo guarda, que mestre-escola, que preside à educação da infância, que orienta os estudos superiores das letras, da ciência e da política — sempre em nome dos altos interesses da sociedade, mas, considerando como «sociedade» só aquela parte da população que domina pela propriedade da riqueza natural e social — a burguesia.

A C. G. T. não pode alhear-se de nenhuma das questões existentes nos domínios do trabalho e dos trabalhadores

E' assim que, em regime capitalista, se fazem derivar todas as reformas do Estado, reformas que são ou não respeitadas segundo os interesses individuais da burguesia ou dos grupos financeiros em concorrência.

Quem mais assinala os prejuízos ou benefícios resultantes da box ou má orientação politico-administrativa do Estado são os próprios economistas da burguesia, cuja crítica, não obstante, é feita dentro do condicionamento capitalista.

O que eles querem

«Nemo» na Epoca, juntava no mesmo artigo para lhe emprestar significação identica a manifestação religiosa em Fátima e a manifestação belicosa das forças vivas. Juntou-as para lhe dar a mesma directriz conservadora e reaccionária, para conduzir os fanáticos de Fátima e os ladrões do país no sentido retrógrado das suas doutrinas.

Se juntarmos a este artigo de «Nemo» as atitudes das forças vivas que nas reuniões se recusam a pronunciar a palavra república, a não ser para atacá-la — ingratos! — chegamos mais uma vez à conclusão de que reaccionários da igreja e conservadores ferozes da propriedade pretendem, de mãos dadas, assaltar o poder para implantar em Portugal um regime de férrea ditadura reaccionária como a de Primo de Rivera ou Mussolini.

Heliodoro Salgado e Francisco Ferrer

Hoje, pelas 21 horas, fará o illustre professor Ladislau Batalha uma conferência pública no Grémio Excursionista Civil do Monte, rua da Graça, 162, 1.º esquerdo, comemorativa da morte do feroz propagandista do livre pensamento Heliodoro Salgado e do fusilamento de Francisco Ferrer.

Nunca as suas soluções vão além das fórmulas económicas que as leis fundamentais do regime burguês comportam. São fórmulas que não ferem os fundamentos do Estado nem essência do capitalismo. Atendem, quando muito, à maior utilização de energias vitais e a um mais largo fomento e aproveitamento de fontes de riqueza e de receita colectivas, apelando sempre ou para a iniciativa particular ou para a iniciativa do Estado dos bons governos.

Não obstante, desde Basílio Teles a Anselmo de Andrade e desde Ezequiel de Campos, todas as vezes de economistas que não estão associados a coteries de finança, do comércio ou da indústria, são vezes que bradam no deserto, ou só são atendidas por aqueles que teóaticamente se dedicam aos estudos de economia política, mas sem que estes contribuam para que soluções práticas se executem com carácter colectivo e de benefício geral.

A C. G. T., que, ocioso não será repetição, tem presentemente uma função de combate contra o capitalismo no seu duplo aspecto de explorador e opressor e de defesa do operariado oprimido e explorado, como produtor e como consumidor, não é nem pode ser alheia a estas questões, visto que as mesmas giram dentro dos domínios do trabalho e dos trabalhadores.

E porque assim é, a C. G. T. entende do seu dever tornar públicas todas estas questões, popularizá-las, retirá-las do domínio estreito dos gabinetes, para que o grande público por elas se interesse e para que, particularmente, a classe operária encontre uma maneira prática de realizar os seus estudos em face de factos actualizados como produtores e como consumidores.

E' um facto verificado e por demais sentido que as condições económicas do país são das mais precárias em relação a outros países com igual ou aproximada capacidade produtiva. Este estado económico precário gera mais fundas condições de miséria proletária.

E, no entanto, há por resolver um sem número de problemas económicos, cuja solução, dentro mesmo das fórmulas burguesas, em muito poderia contribuir para atenuar antilissimas crises que surgem a cada passo e que se agravam continuamente, merced dos fundamentos do próprio regime burguês e dentro deste por falta de iniciativas e da aplicação de energias renovadoras.

Culpa alguma cabe desta situação à classe operária, sempre vítima dos empresários capitalistas. Não obstante, a classe operária é muitas vezes acusada de não contribuir para que se reduza a capacidade da produção.

Não pretende a C. G. T. neste momento discutir esta asserção falsa e maléfica; não pretende, tam pouco, apresentar estudos e projectos, com a excepção dos quais a capacidade da produção poderia aumentar, para cuja eficácia era indispensável alterar as bases da sociedade burguesa. A C. G. T. limita-se, na hora que passa, a desejar que em público sejam debatidas pelos técnicos estas questões de interesse nacional imediato e intrínseco:

- 1.º O estado da indústria;
- 2.º A produção;
- 3.º Os salários;
- 4.º A higiene operária;
- 5.º As condições de trabalho;
- 6.º O trabalho das mulheres e dos menores;
- 7.º Matérias primas;
- 8.º Energia utilizada; a) quedas de água; b) carvão, etc.;

(Conclue na 2.ª página)

Ministro do trabalho

A obra do sr. ministro do trabalho tem sido na verdade assombrosa. Sabem o que v. ex.ª tem feito? Festas e mais festas.

No tempo da monarquia já houve um general, que se tornou célebre por isso, ao gerir a pasta da guerra.

Agora em república assistimos ao mesmo pela pasta do trabalho. O general Festas em vez de agorar o feroz guerreiro dos soldados soltava foguetes e preparava manifestações, este em vez de tratar das questões do trabalho e preparar alguma coisa em benefício das classes trabalhadoras entendeu que se desempenhava cabalmente da sua missão e promove a solução dos problemas de assistência como empresário de corridas e de desaios de futebol.

Só nos falta vê-lo organizar uma tombola-monstro com passagem de bilhetes à porta dos ministérios. Afinal, para uma tal pasta não se precisa duma grande capacidade, para organizar festas qualquer pessoa poderia servir, sem precisar de buscar um luminar das mediocridades.

O nosso folhetim

Por absoluta falta de espaço não se publica hoje o folhetim.

MOMENTO INTERNACIONAL

Congresso Sindical Italiano

O Comité da Confederação Sindical Italiana resolveu que o seu próximo congresso sindical se realize em Milão, de 18 a 20 de Novembro próximo. Além das questões ordinárias a debater, o congresso ocupar-se-á do problema da legislação social.

A semana das 44 horas

O governo e o patronato da Nova Zelândia, tentaram adoptar a semana de 48 horas em todo o país. Mas a Aliança Operária da Nova Zelândia informou o governo de que não está disposta a consentir no aumento em questão, passar a semana de 44 para 48 horas.

Quatro quintos do operariado do país, tem actualmente a semana de 44 horas e esperam-se perturbações se as 44 horas não se estenderem a todos.

O sindicalismo fascista no ocaso

O economista italiano, bem conhecido, Ricardo Bachi, que conhece perfeitamente a vida sindical italiana, escreve sobre a situação do movimento fascista: «O fascismo pretende realizar um programa insensato em querer organizar dentro das mesmas Unões, patrões e operários com o fim de impedir as greves por influência dessa comunidade e pelos empregos de meios violentos. Esta tentativa de organização pode, de facto, ser considerado como tendo falido.

As organizações fascistas vêm-se assim atingidas pela base, porque lhes é impossível viver sem aqueles princípios.

Não é de admirar que assim suceda, porque o operário fascista mais entusiasta, devia acabar por ver que era explorado mesmo pelo seu próprio fascista, tão bem como pelos outros, sem contar que muitos operários conscientes, só esperam o bom momento em que possam passar-se para a oposição geral.

Salários

A Inglaterra foi sempre um país de salários elevados, o demais elevados salários na Europa. E por enquanto assim continua sendo, estando ainda longe, enquanto a estrutura social for a actual, o dia em que os trabalhadores dos outros países sejam pagos como os ingleses.

Assim por exemplo, tomando para base os salários ingleses o número 100 e a média média porção de officios, vê-se que, os operários de Berlim, têm o número 55, os de Amsterdã 90, os de Christiania 79, os de Paris 78, os de Varsóvia 87 e os de Ottavara (Canadá) 194.

Por estes números vê-se que o operário alemão pouco mais de metade ganha que o inglês e que é um dos na Europa menos ganha e que a América do Norte continua vindo à frente, ganhando os trabalhadores de Ottavara quase o dobro dos ingleses.

O movimento dos exploradores

Ontem a paralisação das indústrias foi trouxa — A União Fabril e os «bons princípios» — Os assaltos em Espinho — Um «meneur» posto em liberdade — Conformam-se todos — O consumidor protesta

O movimento de protesto das «forças vivas» ante-ontem iniciado com o encerramento dos estabelecimentos comerciais, prosseguiu ontem com a paralisação das indústrias.

Se usassemos para com as «forças vivas» dos mesmos processos que os seus jornais usam para com o operariado, poderíamos dizer que o encerramento das lojas não foi total, tendo havido excepções. Porém, por lealdade e amor à verdade, confessamos que no seu primeiro dia o protesto foi geral, não privando algumas casas de insignificante número que abriram as suas portas ao público.

O mesmo não podemos dizer do protesto das indústrias que salvo algumas fábricas que paralisaram, funcionaram na sua maioria.

A Companhia União Fabril teve uma resposta dura ao convite das «forças vivas». Disse que, sendo disciplinada, não podia dar exemplos de indisciplina e incitamento à desordem.

As empresas jornalísticas que não estavam incluídas no número das indústrias exceptuadas, não aderiram à greve.

O operariado, em harmonia com as decisões da União dos Sindicatos Operários, apresentou-se em massa nos locais do trabalho.

Em frente dos estabelecimentos fabris que fecharam as suas portas, alguns operários comentavam o caso com algumas frases irónicas.

«Depois vêm condenar as greves que nós fazemos...»

«Chamem agora desordeiros aos operários.

O encerramento dos estabelecimentos na provincia não revestiu o mesmo aspecto de uniformidade que teve em Lisboa.

No Pórtio o movimento redundou num fiasco, tendo havido inúmeros «traidores».

Em Espinho o comércio fechou as lojas mas o povo abriu-as assaltando-as. Nas Caldas da Rainha explodiram durante a noite duas bombas, o que parece, de protesto contra a atitude das «forças vivas».

O sr. João Pereira da Rosa foi ontem enviado a Juízo, acusado de em sucessivas reuniões ter incitado o comércio a rebelião contra as leis do país.

Foi aliado em seguida. Era aguardado por alguns colegas, que o receberam com alegria.

E' curioso registar que o sr. Pereira da Rosa não aguardou muito tempo que o enviassem ao tribunal a fim de ser aliado. Se se tratasse dum operário seria caso para durar um mês.

A resistência das «forças vivas» vai enfraquecendo. Para cima de dois mil comerciantes principiam já a acatar a lei do selo, tendo nas recebedorias do Estado formado bichas para pagar as suas contribuições.

Como se vê, o protesto foi simples e breve: no primeiro dia protestou o comércio, no segundo dia protestou a indústria, no terceiro conformam-se todos.

Bate certo.

Muitas casas comerciais retiraram da venda os produtos sujeitos à selagem. Este modo de proceder prejudica o movimento insurreccional das «forças

Ora esse momento se ainda não chegou, não tarda.

Não é portanto, por mero acaso, que nos últimos tempos os sindicatos regulares mostram que estão bem decididos a retomar a luta pela liberdade sindical. A Confederação dos Sindicatos Italianos, a Federação Operária Italiana, a União Operária, a Organização dos Empregados de Bancos e outros, constituíram esse comité comum, encarregado de promover uma acção imediata e enérgica em favor duma política única no seio do movimento sindical.

Esse comité não tem ilusões e não acredita em milagres; mas crê que chegou o momento em que, em muitos pontos, as combinações podem começar-se a fazer no movimento sindical, ainda mais que no movimento político. Em Serraveza, Luca, Pietrasanta, Imola e outros pontos, já se têm dado casos de abandono, em massa, de operários, do fascismo.

Salários

A Inglaterra foi sempre um país de salários elevados, o demais elevados salários na Europa. E por enquanto assim continua sendo, estando ainda longe, enquanto a estrutura social for a actual, o dia em que os trabalhadores dos outros países sejam pagos como os ingleses.

Assim por exemplo, tomando para base os salários ingleses o número 100 e a média média porção de officios, vê-se que, os operários de Berlim, têm o número 55, os de Amsterdã 90, os de Christiania 79, os de Paris 78, os de Varsóvia 87 e os de Ottavara (Canadá) 194.

Por estes números vê-se que o operário alemão pouco mais de metade ganha que o inglês e que é um dos na Europa menos ganha e que a América do Norte continua vindo à frente, ganhando os trabalhadores de Ottavara quase o dobro dos ingleses.

Salários

A Inglaterra foi sempre um país de salários elevados, o demais elevados salários na Europa. E por enquanto assim continua sendo, estando ainda longe, enquanto a estrutura social for a actual, o dia em que os trabalhadores dos outros países sejam pagos como os ingleses.

Assim por exemplo, tomando para base os salários ingleses o número 100 e a média média porção de officios, vê-se que, os operários de Berlim, têm o número 55, os de Amsterdã 90, os de Christiania 79, os de Paris 78, os de Varsóvia 87 e os de Ottavara (Canadá) 194.

Por estes números vê-se que o operário alemão pouco mais de metade ganha que o inglês e que é um dos na Europa menos ganha e que a América do Norte continua vindo à frente, ganhando os trabalhadores de Ottavara quase o dobro dos ingleses.

Salários

A Inglaterra foi sempre um país de salários elevados, o demais elevados salários na Europa. E por enquanto assim continua sendo, estando ainda longe, enquanto a estrutura social for a actual, o dia em que os trabalhadores dos outros países sejam pagos como os ingleses.

Assim por exemplo, tomando para base os salários ingleses o número 100 e a média média porção de officios, vê-se que, os operários de Berlim, têm o número 55, os de Amsterdã 90, os de Christiania 79, os de Paris 78, os de Varsóvia 87 e os de Ottavara (Canadá) 194.

Por estes números vê-se que o operário alemão pouco mais de metade ganha que o inglês e que é um dos na Europa menos ganha e que a América do Norte continua vindo à frente, ganhando os trabalhadores de Ottavara quase o dobro dos ingleses.

Assim por exemplo, tomando para base os salários ingleses o número 100 e a média média porção de officios, vê-se que, os operários de Berlim, têm o número 55, os de Amsterdã 90, os de Christiania 79, os de Paris 78, os de Varsóvia 87 e os de Ottavara (Canadá) 194.

Por estes números vê-se que o operário alemão pouco mais de metade ganha que o inglês e que é um dos na Europa menos ganha e que a América do Norte continua vindo à frente, ganhando os trabalhadores de Ottavara quase o dobro dos ingleses.

Assim por exemplo, tomando para base os salários ingleses o número 100 e a média média porção de officios, vê-se que, os operários de Berlim, têm o número 55, os de Amsterdã 90, os de Christiania 79, os de Paris 78, os de Varsóvia 87 e os de Ottavara (Canadá) 194.

vivas para, no momento oportuno, agir no sentido de evitar que os seus exploradores, tomando uma participação mais efectiva no governo do país, lhes anulem as pequenas vantagens conseguidas à custa de sangrentos sacrifícios.

Gonçalves Correia diz, verificando, extrínsecas, que classes que se incluem na luta que se desenvolve no processo de luta que imperantemente se desenvolvem quando utilizadas pelo operariado, de modo que pode ver-se comerciantes ficarem com as vidrarias... e as vendas partidas.

A liberdade de trabalho tem precedência por elas é feita morta quando elas, para fazer vingar os seus propósitos, o entendem necessário.

Analisando com serenidade os factos, constatamos que a grande alusão sobre a selagem de certas mercadorias não passa dum pretexto para mascarar fins acidentalmente reacçãoários.

Esta atitude representa, por certo, um esforço preparatório dum movimento que procure deter a repressão no nosso país da acção que, se a conquista de mais liberdade, se está exercendo mundo em fora.

As "forças vivas" estão fazendo, afinal, um ataque subtil e inteligentemente preparado contra as generosas aspirações dos trabalhadores, do mesmo passo que procuram evitar que a melhoria do câmbio, desvalorizando as mercadorias em armazém, venha reduzir os seus espantosos lucros.

O orador, fazendo a apologia dos princípios libertários, termina por pôr em relevo a necessidade de todos os trabalhadores se sindicarem e de estabelecer, como preparação duma nova sociedade, os fantasmas preconizados por Fourier.

Rodrigues Gracia, da Federação das Cooperativas, salienta que as "forças vivas", conservando um mistério pródigo noutras ocasiões, só agora, porque são afectadas nos seus interesses ilícitos por não se aumentada a circulação fiduciária, levantam clamorosos protestos contra uma lei, tomando uma atitude que contrasta com os seus incitamentos a uma repressão energética por parte dos governos quando os operários se movimentam para a conquista de mais pão.

Capacitamos foram espalhando que encerrariam os estabelecimentos, no intuito de conseguirem que o povo alarmado adquirisse, antes que uma sensível baixa de preços se verificasse, as mercadorias armazenadas, expediente que afinal não lhes deu o resultado desejado.

Depois de se exprimir em considerações sobre a missão do cooperativismo e de fazer uma acerada crítica às criminosas especulações do comércio e, especialmente, da moagem, o orador termina pondo em relevo que a república, falseando os princípios a que deve a sua implantação, está hoje, como antes, com o regime deposto, nas mãos da plutocracia, protegendo escandalosamente os mais odiosos monopólios.

Depois de Luis Verissimo e João Gomes terem também feito leves referências ao cooperativismo, usou de palavra Gonçalves Vidal, que se insurgiu contra o facto estranho de a Associação Comercial ser subsidiada pelo Estado.

Seríamos ingenuos — acena o orador — se acreditássemos que governo e forças vivas estão de mal a valer, sabendo nós que um e outros se identificam para conservação do regime capitalista em que vivemos. Os comerciantes, honrados e "patriotas", têm afirmado o seu grande amor à pátria segurando os estabelecimentos em companhias estrangeiras, nomeadamente inglesas, na previsão de assaltos.

Depois de mostrar a impossibilidade de o cooperativismo resolver o problema económico, Gonçalves Vidal frisa que os operários dentro dos sindicatos, adquirindo espírito revolucionário, devem também a necessária capacidade administrativa para poder tomar conta dos destinos da sociedade após a revolução emancipadora.

Falou-se em assaltos, por causa do movimento das "forças vivas", mas o operariado tem sabido manter-se com calma e vigilante, não tendo procedido mais energicamente porque o não quis, porque sabia que o contrário era servir os dissimulados intuitos das classes exploradoras. Quando for necessário para salvaguarda dos seus legítimos interesses e direitos, ele, unido, fará sentir a sua energia, como em mais de uma emergência têm sabido fazer.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Terminou a sessão com a aprovação entusiástica do seguinte documento: «O povo de Lisboa, reunido em sessão pública na sede da U. S. O., resolve corroborar os trabalhos deste organismo sobre os intentos das forças vivas e conservar-se disposto a intervir na acção que seja determinada pelos seus legítimos organismos de classe, sem a menor hesitação e mesmo a inutilizar inteiramente todos os obstáculos que se opõem à liberdade e ao direito do povo.

Vida Sindical

C. G. T.

Secção de Unões

Reúne, hoje, pelas 20 e meia horas, a Secção de Unões, devendo comparecer todos os delegados que no Conselho Confederal representam estes organismos.

Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio — Junta Sul — Reúne, hoje, pelas 21 horas, o secretariado da Junta Sul, devendo comparecer todos os componentes.

Federação do Livro e do Jornal — Reúne amanhã, pelas 21 horas, o Secretariado com os agregados para apreciar as teses a apresentar à Conferência Gráfica e, conjuntamente a comissão local da mesma.

Compositores Tipográficos — Reúne hoje, pelas 18,30, a sua direcção, devendo comparecer todos os seus componentes, devendo também comparecer o camarada Ivo Costa.

S. U. Mobiliário — Comissão de melhoramentos — Reúne hoje, pelas 20,30 horas, esta comissão, com o pessoal da Casa Severo Lopo Bontin, a fim de tomar conhecimento de um caso ali suscitado.

Comissão administrativa — Reúne hoje, pelas 21 horas, com a presença de todos os seus componentes.

Sindicato Único Metalúrgico — Comissão de Melhoramentos — Para assentar definitivamente na orientação a seguir na entrevista com o ministro do comércio, que se realiza amanhã, às 18 horas, reúne hoje às 20 horas esta comissão.

Comissão administrativa — Para a continuação de trabalhos pendentes, reúne hoje, às 20 horas.

Comissão pró presos metalúrgicos — Para tratar de um assunto urgente, reúne na sexta-feira às 20,30 horas, sendo imprescindível a presença de todos os seus componentes.

Empregados Menores do Comércio e Indústria — Reúne hoje, pelas 21 horas, na sede, rua Antonio Maria Cardoso, 20, 1.ª, a assembleia magna, devendo comparecer sócios e não sócios, a fim de tratar da sua situação perante o regulamento do horário de trabalho, situação que será exposta por um delegado da comissão de legislação do ministério do Trabalho.

Maquinistas fluviais — Reúne hoje a assembleia geral, pelas 20 horas, para serem tratados assuntos urgentes.

Maquinistas mercantes — Reúne amanhã a assembleia geral, pelas 17,30 horas, para tratar assuntos de interesse para a classe.

Jornais que se vendem

Volta-se a falar na venda do *Século* e do *Diário da Manhã*. Diz-se que este foi já adquirido pelo sr. Raúl Monteiro Guimarães por 12 mil contos, sendo por consequência derrotados mais dois pretendentes: os srs. Artur Brandão, que oferecia 7 mil contos, e Ribeiro de Carvalho, que dava 9 mil contos.

Quando ao *Século*, diz-se que o sr. João Pereira da Rosa, com um grupo de colegas seus, propunha-se comprar o jornal para o transformar em órgão oficial das "forças vivas". Afirma-se, porém, que já foi comprado pelo grupo do partido democrático em que se apoia o sr. Rodrigues Gaspar, chefe do governo. Mas quem os leitores saber com que dinheiro? Por meio de um empréstimo obtido na Caixa Geral dos Depósitos! Estes democráticos...

SECÇÃO TELEGRAFICA

Federações

CONSTRUÇÃO CIVIL

Sintra. — Podem contar com os delegados para a sessão de hoje.

Alberto Dias e Inácio Marques. — São esperados em Sintra no comboio que sai do Rossio às 19 horas.

EMPREGADOS NO COMERCIO

Sindicato de Vila Real de Santo António. — Segue expediente confederal; acusem recepção.

METALÚRGICA

S. U. Metalúrgico do Porto. — Recebem ofício e vale. Segue expediente e vamos officiar.

Teatro Nacional

Almeida Garrett

SOCIEDADE ARTISTICA

QUINTA-FEIRA, 23

Inauguração

da época de inverno

de

1924-1925

com a

"reprise" da tragédia

histórica

em 12 quadros

original

do dramaturgo

MARCELINO DE MESQUITA

O REGENTE

Na bilheteira continua aberta a folha para as 8 réditas de assinatura

Ferrovários do Estado

Ontem os ferroviários do Estado, representados pela União Ferroviária do Minho e Douro e Sindicato do Sul e Sueste, avistaram-se com o sr. Pinto Teixeira, administrador dos mesmos caminhos de ferro, a quem expuseram os fins que ali os levaram e que era o saber o resultado das reclamações entregues desde Agosto passado.

O administrador dos caminhos de ferro disse à mesma comissão que a administração presentemente se empenhava para poder atender as reclamações entregues, sendo largamente esclarecida a situação dos ferroviários pela comissão, dizendo então o sr. Pinto Teixeira que se os ferroviários conseguissem que o sr. ministro do Comércio mandasse entregar aquela administração o Fundo Permanente de Caminhos de Ferro, ainda ali devidos, não terá dúvida em atender as referidas reclamações, que aliás acha justas, visto a situação precária em que aquela classe se encontra.

A mesma comissão, que já antes se tinha anunciado ao ministro do Comércio, tendo sido recebida pelo secretário do mesmo, voltou novamente ao referido ministério a fim de conferenciar com o ministro de harmonia com o exposto na Administração Geral dos Caminhos de Ferro, não o podendo fazer em consequência do ministro se não encontrar e pelo mesmo ter sido marcado antecipadamente o dia 21 do corrente, às 18 horas, para receber a mesma comissão.

3.º Congresso Nacional Marítimo

Recebemos enfadados num volume editado pela comissão organizadora, as teses e diversas propostas a apreciar pela reunião Nacional dos Sindicatos Marítimos que se realiza em Aveiro no próximo domingo. Além dos trabalhos encerrados nesse volume, será apreciada também uma tese subordinada ao título *Deficiências da marinha mercante e as aspirações imediatas das classes marítimas* apresentada pelo Sindicato dos Marinheiros e Fogueiros, e que, para conhecimento dos congressistas e da classe, se publica nas 3.ª e 4.ª páginas deste jornal.

Para a reorganização dum Sindicato

Com intuito de se reorganizar o seu Sindicato, realiza-se hoje às 20 horas uma sessão magna do operariado da Construção Civil de Sintra, à qual assistem dois delegados da Federação Nacional da indústria.

A Batalha deseja o melhor êxito aos fins desta reunião.

Os maquinistas mercantes portugueses

aderiram à Federação Marítima

Na assembleia geral da Associação dos Maquinistas Mercantes Portugueses, ontem efectuada, foi resolvida definitivamente a sua adesão à Federação Marítima, sendo aprovada por 74 votos havendo uma reprovação e duas abstenções.

Foram eleitos delegados ao mesmo organismo, João de Deus Damásio de Sousa, como efectivo, e José Dias de Oliveira, como suplente.

Operários electricistas

A comissão nomeada na pretérita reunião convocou todos os electricistas empregados e desempregados a reunirem-se hoje, pelas 20,30 horas, na sede do Sindicato Metalúrgico, rua da Esperança, 204, 2.ª, onde apresentará um relatório dos seus trabalhos.

Todos os electricistas devem acorrer a esta reunião, pois que dela há a esperar o robustecimento da classe, que infelizmente tanto se tem alheado do seu baluarte sindical.

JOVENTUDES SINDICALISTAS

Núcleo de Lisboa. — Reúne hoje pelas 21 horas, a Comissão Administrativa.

A BATALHA

Um sóco à JACK JOHNSON

pregou ontem um espectador no balcão da bilheteira do

Teatro Apolo HOJE OS MINEIROS

A C. G. T. e a situação económica e espiritual do proletariado

(Conclusão da 1.ª página)

9.º Transportes: a) marítimos; b) terrestre; c) estradas; d) navegabilidade dos rios; e) portos;

10.º Minas e demais produtos do subsolo;

11.º Agricultura: a) a produção; b) inculcos; c) trabalho rural; d) utilização da mecânica aperfeiçoada na produção; e) adubos químicos; f) irrigação; g) auxílio e incentivo, etc;

12.º Pecuária em geral;

13.º Balança económica;

14.º Rendimentos do Estado;

15.º Sistema bancário, problemas cambiais;

16.º Balança comercial: a) importação; b) exportação; c) pausas; d) comércio exterior;

17.º Colónias: política económica colonial e influência das colónias na vida económica nacional;

18.º Possibilidades económicas do país;

19.º Cooperativismo;

20.º Emigração.

Os sindicatos, organismos de resistência e cultura operária

Não estarão aqui, possivelmente, enunciadas todas as questões respeitantes à vida económica do país. E bem possível é, igualmente, que algumas delas não estejam devidamente postas.

O objectivo da C. G. T. é que estas questões sejam debatidas em público, por meio de conferências, por todos os (técnicos-económicos, contando, de antemão, que nenhum deles se recusará a debater qualquer daqueles problemas da maneira como estão enunciados ou segundo o modo como cada um dos conferenciantes entenda por melhor.

A C. G. T. ao trazer à tala da discussão estas questões, não deseja que os conferenciantes que os tratam façam a sua crítica ou os seus comentários dentro do critério revolucionário que orienta este organismo. Cada conferencista tratará o problema ou problemas de que entender de ocupar-se conforme o seu critério pessoal. São questões abertas e a C. G. T. compreende que a solução das mesmas conforme o critério de cada conferencista, terão ou não terão viabilidade dentro do condicionamento económico-jurídico actual. Não importa. O que a C. G. T. julga necessário, para o momento, é que quem pode, quem por estas questões vitais se interessa venha junto do povo que trabalha, sofre e paga, expô-las ampla e sinceramente e apresentar os seus pontos de vista para a melhor solução das mesmas.

Respeitando o mesmo princípio de liberdade de apreciação e de proposição, a C. G. T. reserva para si o direito de tirar as conclusões dessas conferências, de harmonia com o seu critério sociológico ou seja dentro do espírito da luta de classes. Adotará aquelas soluções que não vão de encontro ao seu critério para se defender como julgue conveniente os interesses sociais da classe operária e deixará as restantes à livre defesa por parte de outros organismos ou pessoas que com as mesmas concordem.

A C. G. T., colocando este plano de trabalhos e de estudo dentro dum amplo espírito de liberdade, manifesta o seu desejo de contribuir para que uma obra útil de divulgação e de crítica seja feita, certa que, estando cada um a vontade e dentro dum mútuo respeito, esta obra se não é conducente a congruar interesses e ideias antagónicas, permite, contudo, o esclarecimento de atitudes, e, sobre-tudo de questões que não tendo passado dos domínios do gabinete, se têm prestado quasi só a especulações financeiras e políticas em detrimento da maioria da população.

Outra questão de importância capital e essencialíssima para a C. G. T. é a educação. Também neste capítulo este organismo vai intervir, mas por uma forma mais concreta e eficaz.

Tendo acompanhado os trabalhos dos Congressos Pedagógico e de educação do professorado português, a C. G. T. entende do seu dever, e reclama-o como um direito, colaborar em todos os movimentos tendentes ao cultivo e desenvolvimento da mentalidade popular.

A C. G. T., organismo nacional, é a primeira a sentir a falta de instrução e de educação das massas trabalhadoras, não encontra outro meio para combater este mal fundamental senão contribuindo com todas as suas possibilidades para se conseguir de quem de direito a execução de medidas pelas quais aquele mal seja debelado.

Este organismo tem procurado, quando organiza sindicatos em qualquer localidade do país, que estes organismos exerçam simultaneamente a função de defesa e de combate, considerando que para um e outro objectivos se conseguirá, é indispensável a instrução e a educação. É assim que no modelo de estatutos para os mesmos inscreveu também como fins dos sindicatos a instituição de escolas, de ensino primário e profissional, bibliotecas e gabinetes de leitura, a realização de conferências sobre todos os problemas que interessam à inteligência e ao sentimento das massas sindicadas. Deste modo os sindicatos seriam ao mesmo tempo organismos de resistência e de cultura operária.

Demais sabe a C. G. T. que não basta inscrever em estatutos aqueles ou outros fins quando não há possibilidade para a sua execução integral. Mas é um princípio estabelecido para se ir realizando à medida que os sindicatos se desenvolvam. Alguns sindicatos têm procurado dar-lhe realização prática e não têm tido grandes dificuldades, grande parte das quais são levantadas por autoridades locais, quer se trate de meras conferências sociais educativas, quer se trate mesmo do funcionamento de escolas.

Este procedimento é simbólico, porque revela um desconhecimento absoluto das necessidades modernas por parte de pessoas que, embora sejam defensoras oficiais do Estado, deveriam

pregou ontem um espectador no balcão da bilheteira do

Teatro Apolo HOJE OS MINEIROS

A C. G. T. e a situação económica e espiritual do proletariado

(Conclusão da 1.ª página)

abster-se de contrariar iniciativas, que nem por serem modestas deixam de representar o esforço e até o sacrifício por parte de quem tem vontade de sacudir a ignorância.

Diariamente se fala e escreve sobre a extraordinária percentagem de analfabetos existentes em Portugal; e, no entanto, não tem havido a preocupação seria de a extinguir. Clama o professor por um rejuvenescimento pedagógico eficiente, prático, que corresponda às instantes necessidades da instrução e da educação e os poderes constituídos, com um desprezo irritante pela cultura popular, não o atendem e nem sequer contribui para que as poucas escolas existentes deixem de faltar o que é mais essencial em matéria didáctica e higiénica.

A educação deve fundamentar-se na Ciência, no Trabalho e na Liberdade

E no entanto as necessidades impõem-se esmagadoramente e os homens do Estado dificilmente se absterão do crime de abandono a que têm votado os instantes problemas da instrução e da educação. Dos próprios republicanos históricos poucos vêem como o ilustre professor, ex-ministro da instrução dr. sr. João de Deus Ramos, que «a grande guerra combalou tão profundamente a civilização europeia, que se torna um facto inevitável e precipitado a transformação radical das leis e dos costumes dos povos».

Diem modo geral, «os políticos» — na expressão clara e simples do mesmo ilustre professor — atarfeiam-se na execução de uma política de expedientes apenas, boa servindo, quando muito, para graduar ou suavizar o balanço dos acontecimentos, enquanto estes, superiores à vontade dos homens, nos vão arrastando a todos, sem excepção de ninguém, para a fatal renovação do velho mundo económico, político e jurídico.

Porque é preciso não esquecer: os povos da Europa sofreram uma alteração forçada e profunda nos seus hábitos e nos direitos que lhes eram reconhecidos... (1)

A C. G. T. é dos organismos que mais sente o precipitar dos acontecimentos, que é o organismo de massas populares que sofrem e que estão sequestradas de justiça; das massas sobre as quais pesam séculos de escravidão e de desprezo por parte daqueles que as têm dominado e oprimido, negando-lhes o pão, a liberdade e a instrução.

Mas são massas já da idade contemporânea, que sentem rudemente o desprezo e a injustiça social e que têm a intuição, pelo menos, do que pretendem e que avançam e avançarão sempre a conquista de direitos que lhes têm sido postergados, pelo caminho que julgamos mais rápido e directo...

Quem poderá negar-lhes razão? Quem poderá criminalizá-las, se têm excessos? Não é a falta do pão e de cultura agentes condutores das revoltas impensadas, instintivas?

A C. G. T., exactamente porque é revolucionária, deseja a solução imediata dos problemas da instrução e da educação.

A C. G. T. considera que o homem, excepção feita aos tarados doentes por hereditariedade, não é bom nem é mau originalmente. O homem tem sido um produto da educação religiosa ou metafísica, sempre convencional, que recebeu e das contingências materiais da vida real, no ambiente em que se desenvolveu. E o indivíduo nunca poderá ser uma personalidade, senhora de si própria, consciente dos seus actos e determinando-se conforme a livre satisfação das suas necessidades, se da sua educação não forem eliminados os preconceitos e prejuízos, religiosos ou sociais, que tornam o homem inimigo do homem, e se, complementarmente, a sua inteligência não é iluminada por verdades demonstradas, racionais, por forma a torná-lo consciente das suas opiniões e das suas acções na vida.

Desejaria, pois, a C. G. T. que todo o labor educativo tendesse ao desenvolvimento racional da personalidade humana, pela gradual eliminação da criança de todas as taras alvíscas predominantes, cultivando-se, preferentemente, as suas predisposições para o trabalho fecundo e criador de todos os sentimentos generosos e amoráveis. Esta obra de educação não pode, evidentemente, ser levada a cabo se no ensino se conservarem os prejuízos de casta e de classe, se não for imparcial e integral, se se olhar às condições de nascimento ou de fortuna. E posto que o homem deve ser tão completo quanto possível, sob o ponto de vista intelectual e manual, necessário será que a educação se fundamente na Ciência, no Trabalho e na Liberdade.

A C. G. T. vai iniciar paralelamente à campanha económica, uma série de conferências e sessões pró cultura popular

Vários professores e ilustres pedagogos, despidos de preconceitos religiosos, racionais, patrióticos e sociais, acatam e trabalham naquele elevado sentido; mas a generalidade, no melhor, aqueles que de algum modo se têm ocupado e na gestão do ensino têm feito toda a reforma parcialmente certos graus de ensino, deixando os cidadãos do mesmo vício patogénico, por isso que jamais contribuirão para que a educação se ministrasse pelas e sem defeitos e erros prejudiciais.

Por tal forma tem procedido que a instrução, mesmo convencional, animada do espírito conservador ou retrógrado, continua sendo quasi só acessível a uma pequena minoria da população. E entre

(1) De «Estado mestre-escola e a necessidade das Escolas Primárias Superiores».

EDEN TEATRO

GRANDIOSO SUCESSO

CAUSA CÉLEBRE

Em ensaios: a peça militar

COLISEU DOS RECREIOS

Sábado - 18 - Sábado

Inauguração da época de inverno

ESTREIA

DA

Grande Companhia de Circo

BILHETES A VENDA

ABASTECIMENTOS

Vão baixar os preços da electricidade, gás, carne e café à chavena?

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa comunicou, pessoalmente, ao ministro das Finanças, que em virtude da melhoria cambial, o preço da energia eléctrica vai descer, desde já, 30 centavos em quilowatt, dando-se proporcionalmente a diminuição no preço do gás e ainda que o preço da carne de vaca nos talhões de Lisboa baixará brevemente 1 escudo por quilograma.

Em cada quilo de café, o café baixinho 35000 e o açúcar 21000. O câmbio abateu 15000 em tonelada.

Quando é que as chavensinhas têm lá pouco passaram a custar \$80 voltam pelo menos ao seu preço antigo, ou seja \$90?

A venda de peixe

Devido ao actual conflito entre armadores e as tripulações dos barcos de pesca, tem-se feito sentir na cidade a falta de peixe grosso, sendo o pouco que tem aparecido vendido por preços elevadíssimos.

Ontem, o vapor «Palma Rosa», pertencente a armadores que já satisfizeram as reclamações do seu pessoal, desbarregou para o consumo da cidade cerca de 7 toneladas de peixe. Como de costume o peixe deu entrada na loja em Santos, sendo disputadíssima a sua aquisição pelos vendedores. Logo os primeiros lances a marmota atingiu preço aproximadamente de 10000 por quilo, o que levou o Comissariado dos Abastecimentos a requisitar todo o peixe que ali se encontrava, fazendo-o vender depois nos seus postos, a marmota a 6000, ruivo, 2800 e tamboril 2500, para assim se evitar que o peixe viesse a ser vendido ao público por preços exageradíssimos. A medida do Comissariado deu lugar a protestos dos vendedores que se recusaram a levantar o chamado peixe coiro, que se destina à exportação, cascas de peixe, etc. O assunto, porém, ficou resolvido, tomando o Comissariado conta do referido peixe, tendo depois promovido a sua venda pelos compradores habituais.

TEATROS E CINEMAS

«Os Mineiros» no Apolo

Mais uma excelente vai registar hoje o teatro Apolo com a magnífica peça «Os Mineiros» que ali está fazendo um sucesso colossal. A admirável peça, que é uma das melhores que se têm apresentado em Lisboa, vai sair brevemente da cena para se realizar a inauguração da época de inverno.

Coliseu dos Recreios

Reabre depois de amanhã as suas portas ao público o popular Coliseu dos Recreios com trabalhos verdadeiramente originais como são os dos notáveis artistas equestres e acrobáticos «Os Fredians». Os bilhetes para o dia da estreia estão à venda desde hoje.

ESPECTACULOS

S. LUIS — A's 21,5 — A Felicidade. A's 14 — A Festa do Fado. POLITEAMA — A's 21 — O homem do Paço.

APOLLO — A's 21 — Os Mineiros. EDEN-TEATRO — A's 21,30 — «Bolo Rei».

MARIA VITORIA — A's 20,45 e as 22,45 — «Res-Ver».

GIL VICENTE — A's 21 — O Filho Perdido.

Os que morrem

Estela Ferreira

Realiza-se hoje o funeral da menina Estela Ferreira, filha de Carlos Ferreira, operário gráfico, saindo o préstito fúnebre, pelas 15 horas, da rua das Pedras Negras, 5, 6.ª, para o cemitério Oriental.

Quem perdeu?

No jardim do Campo de S. Antão foi ontem encontrada por um camaráda do tipógrafo deste jornal, uma sandália de criança, que pode ser procurada nesta redacção.

balhadores, mais beneficiará também a burguesia que viverá mais alguns anos descaçada na sua Torre de Marfim, sem ter quem lhe bata à porta—exigindo-lhe uma parte—que há muito não lhe deveria pertencer—dos seus confortos e regalias supérfluas.

A razão natural e sociológica da diminuição das horas de trabalho

Quem não quer reconhecer a razão lógica do dia normal de 8 horas aos marítimos, como o de 6 horas aos mineiros e tantos outros trabalhadores de indústrias insalubres, ou é por interesse inconsciente, ou não tem sequer, a noção da evolução natural e científica através de todos os tempos.

Épocas houve que havia uma razão, uma necessidade mesmo, do homem trabalhar tanto tempo o seu físico e a razão natural do tempo lho permitisse, visto que era com a força natural poderia contar; e com estes meios que transportava, morosamente é claro, dos campos para as cidades e destas para os campos o que numa e noutra parte necessitava.

Era o braço humano, sem o auxílio do braço artificial, que construía e proporcionava o necessário à vida desse tempo; foi ainda o braço humano que construiu «Naus»—que hoje não haveria quem as tripulasse—onde homens sem métodos científicos aperfeiçoados, apenas com o seu arrojo, conseguiram ao acaso, descobrir novos continentes preparando-lhe por esse meio a sua ligação.

Essa ligação, que então era deficiente, está hoje tão desenvolvida, que verdadeiras ilhas flutuantes, como fantasmas *Júlio Verne*, atravessam o Oceano. Há mais, enquanto no Século XV centenas de homens, apenas guiados pelo acaso, conseguiram, gastando dezenas de meses, ir ao BRASIL e à Índia em barcos que, em relação aos de hoje, eram verdadeiros caixotes; hoje até pelo ar com a convicção nítida do ponto que queremos atingir, isto prova, quanto a ciência tem avançado e quanto ela tem de revolucionária. É baseado na ciência que os trabalhadores têm o direito—que a mesma lhes impõe—de reivindicar a melhoria de situação moral, diminuindo as horas de trabalho de modo que o mesmo chegue para todos, e de forma que todos possam viver.

Outros factores, de carácter técnico e científico, impõem aos trabalhadores a reclamarem menos horas de trabalho; essa reclamação é tão justa como natural, visto ser um reflexo do desenvolvimento técnico e científico que torna cada vez mais simples o trabalho.

Com o invento da electricidade, da telegrafia sem fios, do telegrafo, da caldeira a vapor e por último, a adaptação desta a oleos pesados e tantos outros inventos, era para serem beneficiados segundo o seu objectivo altruista, substituindo em parte a máquina humana, em benefício da humanidade em geral e não dum ou mais seitas por quem foram assemblaças.

A burguesia apenas tem visto (e vê hoje ainda) na máquina artificial, não uma auxiliadora do progresso, mas sim dos seus interesses inconscientes, por vê-la substituída da maioria dos braços dos trabalhadores que, por esse motivo são lançados à margem.

Esta substituição tem-se acentuado à medida que os padrões vão encontrando inventos modernos prontos a diminuir os seus assalariados.

A Marinha Mercante não tem sido estranha ao progresso, refiro-me à estrangeira o que não tardará a verificar-se na nacional, visto os portugueses andarem ao mundo por verem andar os outros. Assim, a tempo a esta parte que, assistimos a uma diminuição constante do tripulantes motivada pelas remodelações feitas nos navios dotados de engenhos modernos, de modo a dispensar a maioria dos seus tripulantes; isto especialmente nas grandes Paquetes onde uma parte do Pessoal de Camarões não está dispensado em virtude das máquinas de lavar e limpar louças e outros meios que tem simplificado os serviços de Camarões e Culínias.

Com o Pessoal de Fogo tem sucedido pior, apenas um terço tem ficado a bordo dos navios que tem sido adaptados a Oleos; o número destes navios tem aumentado consideravelmente, segundo uma estatística do *«Lloyd»* até 30 de Junho de 1923, 1.833 navios se utilizaram de motores a Petrólio, 283 navios com mais de 1.000 ton. cada, tinham motores *«Diesel»*.

As maiores companhias de Navegação mundial, presentemente estão construindo navios de 20.000 ton., possuindo motores a Oleos; em Portugal—fala-se—que a maioria dos Paquetes serão utilizados por esse processo.

Com a adaptação crescente dos navios a Oleos, dá como resultante o aumento dos seus tripulantes, entre os Fogueiros especialmente.

Quer isto dizer que combatemos os nos antepassados ao Progresso?

De modo algum. O nosso fim é; que os marítimos não fiquem completamente reduzidos à situação dos sem trabalho, à miséria e à fome, senão se diminuir o horário de trabalho, e se não se aproveitarem do aperfeiçoamento da técnica.

Torna-se portanto necessário a regulamentação do Horário de trabalho na Marinha Mercante Portuguesa, de modo que vá além de 48 horas por semana e em porto, e de 56 a navegar—para que o trabalho seja dividido por todos por que todos tem direito à vida.

Outra questão transcendental, de ordem moral que se relaciona com o horário de trabalho e que, dum depende a outra, é a fixação das lotações dos navios por tonelagem e natureza dos viagens, definindo o número de tripulantes e atribuições que a cada um pertença; porque, se há tripulantes que passam uma vida árdua, devido à natureza das suas atribuições, outros há, em boa verdade e sejam francos, que fazem simples viagens de recreio. Tornando-se portanto imprescindível definir os trabalhos pertencentes a cada categoria, respeitando-se sempre o princípio que preconizamos, de que todos devem trabalhar—cada um na sua profissão.

III

Condições de segurança dos navios, alojamentos dos tripulantes e sua alimentação

Os marítimos são, de todos os trabalhadores, os que mais arriscam a sua vida estando sujeitos a mil e um perigos—nos quais não podem equivocar-se por ser consequências naturais a que todos temos que obedecer—há no entanto muitos que se podem evitar des-

de que os armadores sejam mais escrupulosos na construção e apetrechamento dos seus navios, e não como até hoje se tem tido em conta os seus interesses e nunca a vida dos seus tripulantes—e haja em vista o caso da *«Bela Vista»* e tantos outros navios que tem sido verdadeiros precipícios.

Parte dos navios não possuem condições de segurança para que a vida dos tripulantes não periga, estão completamente desprovidos de todos os meios indispensáveis ao bom funcionamento do navio e a salvaguardar a existência da vida humana.

Assim reconhece-se a necessidade dos Marítimos, únicos interessados nesta questão—porque os Armadores ficam em casa—historiar os navios não admitindo que os mesmos saiam sem que reúnam condições de segurança, isto por não poderem também fiar-nos nas vistorias passadas pelas autoridades marítimas, que apenas tem autoridade para protegerem os Armadores e ainda por estarem em idênticas circunstâncias a estes.

A falta de higiene e conforto nos alojamentos dos tripulantes

A segurança das vidas humanas não está só na segurança dos locais de trabalho ou da habitação que habitamos; está também no conforto, na higiene que todos os locais de trabalho ou de habitação devem ter.

Não tem compreendido isto os Armadores portugueses que, ao utilizarem-se de qualquer navio começam logo por transformar os alojamentos da Tripulação, tornando-os mais acanhados para fazerem Camarotes para passageiros, etc., etc.—em tudo demonstram desinteresse por aqueles que os servem. Todos os barcos estrangeiros que navegam para regiões frias, possuem estufas de aquecimento em todos os alojamentos, e os que navegam para regiões quentes, especialmente os Paquetes, possuem ventoinhas nos alojamentos e ainda com a atenuante de serem mais espaçosos e confortáveis de que os portugueses; além destes confortos, tem casa de refeitório, separadas dos alojamentos, balneário para toda a Tripulação, tudo com a máxima higiene, tendo cada secção um *Moss-boy* encarregado da limpeza, e servir à mesa os tripulantes.

A maioria dos navios ex-alemães, reúnem estas condições, mas merecem a gratidão dos Armadores e do indiferentismo das classes marítimas, poucos são os que existem que não fossem modificados, abolido o que tinha de bom para os Marítimos. Isto não obsta, porém, ao facto de que a maioria dos navios, ainda que tenha terminado o seu contrato, sem que o mesmo esteja descarregado e em lugar seguro.

Quer dizer um completo o outro, os armadores podem despedir qualquer tripulante e em qualquer altura sem lhe dar explicações e os tripulantes só podem desembarcar quando lhe disserem que o navio está em lugar seguro—autenticidade... de fúnil.

Não é preciso citar mais, pela contradição destes dois artigos bem se pode ajuizar a homogeneidade de todos os outros.

Não fica a dever nada também, o Código Disciplinar da Marinha Mercante, e Regulamentos Gerenciais das Capitânias, por dá cá aquela palha, são dias de sol fora, oite e mais dias de prisão dados ao arbitrio de qualquer Capitão do Porto.

Poderão dizer-me que é para manter o respeito, mas o respeito não se mantém com violência desta ordem; remodelem-se os costumes, acabem-se com tantas iniquidades e desigualdades sociais e a própria Lei—artificial bem entendido não terá razão de existir.

Condições de contrato

As condições em que os marítimos firmam—matriculam—é tudo quanto há de mais vexatório por estes contratos estarem abaixo da alçada dos códigos acima citados; os contratos são feitos em tais condições que, se qualquer Capitão quisesse, pela mais pequena observação da Tripulação, mandá-la a Cadeia porque os códigos lhe dão poder para tal.

Temos que analisar a contradição dos contratos, assim no ato da matrícula vulgarmente todos dizem: «A Viagem é do Porto A ao Porto B, e regressa a Lisboa onde finda; Comida de 1.ª (tres ricas) fiscalizada pelo Capitão; Horas de trabalho preceituado no Decreto X, etc., etc.»

Outros contratos são feitos nas seguintes condições: «O navio segue de Lisboa ao porto X e de lá para aonde convier ao Armador.»

O Navio que matricular nestas condições pode andar sem vir a Lisboa 3 anos, sem que qualquer tripulante segundo o Código Comercial, possa desembarcar, a não ser por doença, aquele que tente desembarcar é preso e sem direito a vencimentos, não obstante o Código poder pôr em terra qualquer tripulante e em qualquer porto.

Contratos nestas condições são verdadeiramente rateiros armados aos marítimos. Não pelo motivo de andar-mos 3 anos sem irmos a Lisboa, mas sim pelas condições económicas dos marítimos portugueses não o permitir, explicamos: Um navio português segue de Lisboa a um porto francês e daí recebe ordens do Armador, para seguir para um porto inglês, andando por lá meses ou anos; os tripulantes ganham em média 400\$00, alguns há que ganham menos, ao cambio regula por duas libras e meia o que chega... para tabaco. Temos ainda que atender a outras necessidades, como roupas de vestir que as viagens do Norte exigem, e que os marítimos quase nunca compram em Portugal em virtude do ordenado mal chegar para deixar à família.

Por tanto só há um caminho a seguir, para evitar que os marítimos sejam ludibriados por contratos desta ordem sancionados pelo Código Comercial, é exigir dos Armadores ordenado segundo a tabela inglesa, especialmente para os que se matriculam por tempo indeterminado: os Armadores responder-nos-ão: que os Navios não dão para satisfazer tais encargos, mas os fretes são pagos em moeda forte—ouro e segundo dados seguros que obtemos, das 1.351 Companhias de Navegação Mundial, entre este numero figuram algumas portuguesas, tiveram de lucros 122.544.884 e estão a estender a sua organização de todos os trabalhadores manuais e intelectuais, criar uma única família (a família dos trabalhadores), sendo a bordo uma simples célula da mesma família, onde deve existir o máximo respeito mútuo e a máxima solidariedade moral; onde deve existir tanto respeito e consideração pelos seus chefes, como os filhos têm por seus pais, em quem confiam os seus destinos; emfim, se estamos convencidos que todos os socorros das desigualdades sociais; se estamos convencidos que, da compensação, gradualmente e progressiva de que cada indivíduo é uma unidade social, quantitativamente iguais umas às outras; se desejamos estabelecer a harmonia entre todos os marítimos, como consequência sem acabar com os factores que originam o mal estar social.

No dia em que se conseguir este desiderato, a bordo, deixa de haver reclamações, aparece o estímulo e o gosto pelo trabalho. E assim se todos os assuntos merecem a nossa atenção não faz sentido que dessa família se façam dois filhos doutros enteado, estabelecendo-se comidas de 1.ª para uns, de 2.ª e 3.ª para outros.

IV

O draconianismo dos códigos comercial e disciplinar da Marinha Mercante

As leis a que os marítimos estão sujeitos, não obstante serem civis, são as mesmas que os marinheiros da armada se regem—militarmente.

Os marítimos estão inibidos de prestar solidariedade aos seus companheiros sem se exporem à prisão, não lhe assiste o direito de abandonar os navios sem arrostar com os perigos de grandes castigos previstos pelos códigos antiquados e absurdos.

Mesmo em caso de agredes, como é seu dever recusarem-se a trabalhar, ou traem os seus camaradas ou são castigados severamente.

O código comercial tem artigos apenas para defender os armadores, citaremos alguns exemplos: «O capitão pode despedir qualquer tripulante, sem lhe dar a menor explicação, ainda que esteja matriculado». Isto é belo... os armadores, vejamos outros: «O tripulante não pode abandonar o navio, ainda que tenha terminado o seu contrato, sem que o mesmo esteja descarregado e em lugar seguro».

Quer dizer um completo o outro, os armadores podem despedir qualquer tripulante e em qualquer altura sem lhe dar explicações e os tripulantes só podem desembarcar quando lhe disserem que o navio está em lugar seguro—autenticidade... de fúnil.

Não é preciso citar mais, pela contradição destes dois artigos bem se pode ajuizar a homogeneidade de todos os outros.

Não fica a dever nada também, o Código Disciplinar da Marinha Mercante, e Regulamentos Gerenciais das Capitânias, por dá cá aquela palha, são dias de sol fora, oite e mais dias de prisão dados ao arbitrio de qualquer Capitão do Porto.

Poderão dizer-me que é para manter o respeito, mas o respeito não se mantém com violência desta ordem; remodelem-se os costumes, acabem-se com tantas iniquidades e desigualdades sociais e a própria Lei—artificial bem entendido não terá razão de existir.

Condições de contrato

As condições em que os marítimos firmam—matriculam—é tudo quanto há de mais vexatório por estes contratos estarem abaixo da alçada dos códigos acima citados; os contratos são feitos em tais condições que, se qualquer Capitão quisesse, pela mais pequena observação da Tripulação, mandá-la a Cadeia porque os códigos lhe dão poder para tal.

Temos que analisar a contradição dos contratos, assim no ato da matrícula vulgarmente todos dizem: «A Viagem é do Porto A ao Porto B, e regressa a Lisboa onde finda; Comida de 1.ª (tres ricas) fiscalizada pelo Capitão; Horas de trabalho preceituado no Decreto X, etc., etc.»

Outros contratos são feitos nas seguintes condições: «O navio segue de Lisboa ao porto X e de lá para aonde convier ao Armador.»

O Navio que matricular nestas condições pode andar sem vir a Lisboa 3 anos, sem que qualquer tripulante segundo o Código Comercial, possa desembarcar, a não ser por doença, aquele que tente desembarcar é preso e sem direito a vencimentos, não obstante o Código poder pôr em terra qualquer tripulante e em qualquer porto.

Contratos nestas condições são verdadeiramente rateiros armados aos marítimos. Não pelo motivo de andar-mos 3 anos sem irmos a Lisboa, mas sim pelas condições económicas dos marítimos portugueses não o permitir, explicamos: Um navio português segue de Lisboa a um porto francês e daí recebe ordens do Armador, para seguir para um porto inglês, andando por lá meses ou anos; os tripulantes ganham em média 400\$00, alguns há que ganham menos, ao cambio regula por duas libras e meia o que chega... para tabaco. Temos ainda que atender a outras necessidades, como roupas de vestir que as viagens do Norte exigem, e que os marítimos quase nunca compram em Portugal em virtude do ordenado mal chegar para deixar à família.

Por tanto só há um caminho a seguir, para evitar que os marítimos sejam ludibriados por contratos desta ordem sancionados pelo Código Comercial, é exigir dos Armadores ordenado segundo a tabela inglesa, especialmente para os que se matriculam por tempo indeterminado: os Armadores responder-nos-ão: que os Navios não dão para satisfazer tais encargos, mas os fretes são pagos em moeda forte—ouro e segundo dados seguros que obtemos, das 1.351 Companhias de Navegação Mundial, entre este numero figuram algumas portuguesas, tiveram de lucros 122.544.884 e estão a estender a sua organização de todos os trabalhadores manuais e intelectuais, criar uma única família (a família dos trabalhadores), sendo a bordo uma simples célula da mesma família, onde deve existir o máximo respeito mútuo e a máxima solidariedade moral; onde deve existir tanto respeito e consideração pelos seus chefes, como os filhos têm por seus pais, em quem confiam os seus destinos; emfim, se estamos convencidos que todos os socorros das desigualdades sociais; se estamos convencidos que, da compensação, gradualmente e progressiva de que cada indivíduo é uma unidade social, quantitativamente iguais umas às outras; se desejamos estabelecer a harmonia entre todos os marítimos, como consequência sem acabar com os factores que originam o mal estar social.

No dia em que se conseguir este desiderato, a bordo, deixa de haver reclamações, aparece o estímulo e o gosto pelo trabalho. E assim se todos os assuntos merecem a nossa atenção não faz sentido que dessa família se façam dois filhos doutros enteado, estabelecendo-se comidas de 1.ª para uns, de 2.ª e 3.ª para outros.

ses marítimas, deve-se sim aceitar essa representação desde que tenhamos igual numero de votos aos restantes representantes e exigido que todas as atribuições relativas à Marinha Mercante a cargo do Ministério da Marinha e Capitania passe para o Ministério do Comércio, ficando assim os marítimos na situação de Civis e portanto sujeitos às mesmas leis e não às militares.

De contrario os marítimos, por intermédio dos seus organismos sindicais, devem reivindicar o direito do contrato coletivo, unica consequencia logica e natural das circunstancias do meio e do momento historico e das condições económicas especialissimas que atravessamos, esse contrato nasce espontaneamente da necessidade de ambas as partes—Armadores e Marítimos—chegarem a um accordo de modo que a iniquidade das suas relações seja progressivamente atenuada até que uma nova fase de direito o venha substituir por outro regimen mais consentâneo com a liberdade individual. Unica maneira de obstar que, essas leis que são confeccionadas e votadas por indivíduos alheios e estranhos ao que pretendem regular, passando a ser obrigatórias para todos que lhe caem debaixo da alçada e muitas vezes, se não sempre, contraproducentes e antiespaciais a natureza das causas, e os trabalhadores organizados porem à margem todas as leis, por serem anti-naturais e portanto antagonicas com os principios por nós preconizados, guiando-nos apenas por aquelas—naturais e sociológicas—até hoje adotadas e defendidas pela organização Sindicalista.

Reclamar as transições, relativas à Marinha Mercante do Ministério da Marinha para o do Comércio, não é querermos muito, porque em nações que ultimamente tem querido emagrar as aspirações dos trabalhadores, como a Italia, acabam de apresentar ao Parlamento projectos de Lei nesse sentido.

V

Assistencia aos marítimos e colocação dos desembarcados

Os Marítimos estão, como vulgarmente todos os trabalhadores, condenados a estender a mão à caridade, e bem assim suas famílias por o mar lhes levar por vezes os seus entes mais queridos.

Todos os Marítimos estão expostos a mil perigos, noveleiros, fogo, explosões, numa palavra o naufragio; todos tem que transpor as mesmas dificuldades, do Capitão ao Moço, do Engenheiro ao Chegado.

Além destes perigos, absolutamente naturais e portanto quasi que inevitáveis; os marítimos tem ainda que arrostar com a condição, que o serviço lhe exige, de lhe negarem trabalho quando o seu físico não oferece vantagem para uma determinada idade que, nos marítimos nunca vai além de 50 anos e aldimos até menos, como os Fogueiros e outros que exercem trabalhos mais árduos a bordo.

Os que tem a infelicidade de naufragar perdendo os seus haveres não são indemnizados pelos seus prejuizos, embora os Armadores não percam nada por terem os Navios no seguro; aqueles que perdem a vida nestes desastres, indemnizados não são as respectivas famílias valendo-se estas de processos vexatórios e humilhantes, pmo seja bandos precatórios que apenas rem, por diminuto tempo atenuar a situação de viúvas, orfãos, etc.—como sucedeu às vítimas do *«Lugre Régis»* e por ultimo às do *«Vapor Mosamedes»*.

Não obstante existir, delinido na Lei de protecção à Marinha mercante, uma verba destinada a uma *«Caixa de Assistência e Providencia ao Pessoal da Marinha Mercante»*, tal verba ainda não foi utilizada, para o fim indicado, tendo, segundo informações, sido em fins diversos, por não estar elaborados os respectivos Estatutos; responsabilidades que cabem aos Delegados nomeados pelo Governo, por nunca terem comparecido às reuniões indicadas para a sua elaboração.

Isto vem confirmar o criterio, há muito por nós defendido que nada há a esperar dos Politicos e Governantes. Devendo os Marítimos conquistar por suas mãos e que aspiram e não esperar que segundos o façam.

Os desembarcados e sua colocação

A desocupação é originada pela crise de trabalho causada pelos Padrões como o pleno consentimento do Estado, como sim também consequência da falta de unidade de regalias, salario, horário de trabalho, etc., que determinadas classes não usufruem e começam por fazer concorrência a outras que possuem maiores vantagens de trabalho.

Sucedo que, em vez de se evitarem que mais indivíduos afliam à vida marítima, pelo menos enquanto haja crise de trabalho, dá-se o contrario, os Armadores e seus acólitos fiados ainda no Código Comercial, no célebre Art. 498, continuam admitindo gente estranha à vida de bordo em prejuizo dos Profissionais Organizados.

Na Inglaterra e outras nações mais, tem-se criado Bolsas de Trabalho—agencias de colocação—subsidiando o Estado os desempregados e tendo estes sempre a preferencia, quando haja trabalho.

Em Portugal, existe o Art. 498.º do Código Comercial, que dá o direito ao Armador e Capitão de ajustar a Tripulação sem se importar saber se são Marítimos ou não...

Este Artigo está, como muitos outros posto de parte pelos Sindicatos Marítimos, tendo-se montado dentro destes organismos agencias de colocação, faltando-lhe apenas a sua regulamentação baseada no contrato coletivo e com maior homogeneidade de todas as classes componentes da Marinha Mercante, por terem sido combatidas não só pelos Armadores como ainda mais, por algumas classes da mesma Industria.

Todas as instituições novas sofrem dificuldades ao implantarem-se. Apresentam-se estes espiritos neofobos, confusos e complicados sem realidade pratica; para vencer estas relutâncias, fazem-se constantes tentativas, muitas vezes até sem estarmos completamente seguros do seu exito, mas neste caso temos a convicção nítida da sua praticabilidade, desde que todos os marítimos se identifiquem nas leis naturais e tenham a concepção dessa identificação positiva, de harmonia com os principios científicos e sociológicos que se deve reger, a organização dos trabalhadores, sem excepção de categorias.

Até há pouco os indivíduos não faziam se não apelar para o Estado como se dali lhes viesse a salvação.

Reconheciam, ou começam a reconhecer, o ludibrio, o erro e agora já sabedores de que em cada um a sua actividade a exercer, e que quando exercida metódicamente dispensa esse órgão autoritário, resolvem fazer por si próprios e tratam directamente dos seus direitos e interesses.

Mas esses que roteem em seu poder os direitos alheios e não os restituem senão pela violência, é porque possuem uma força organizada, uma série de instituições enfileiradas no tal Estado, que não podem ser vencidas por um só indivíduo isolado.

Assim reconhece-se a necessidade de todos os marítimos dotarem os seus Sindicatos dos meios indispensáveis, de modo que adquiram aquela directriz nítida e ideológica como séres de categoria social e como tais devem servir lutas e nas relações entre o Capital e o Trabalho.

Deste modo a Evolução segue o seu caminho, o Estado apaga-se, os principios autoritários previstos pelos códigos perdem o seu prestigio, e apparecem uma nova aggregação, das forças sociais—dos Sindicatos Profissionais—compostos por indivíduos já possuindo uma consciência social e que a existência de forças colectivas, antagonicas ainda à rudez, à necessidade de se agruparem e de dotarem os seus agrupamentos dos meios julgados indispensáveis, como Escalas de Embarque, etc., etc. para se defenderem.

Se os marítimos tem adotado este principio de colocação, não deve ser combatido porque além de ser equitativo, por dividir o trabalho por todos, é mais activo do que andar de chapéu na mão e às vezes com cartas de empenho, pedindo trabalho para matar o seu corpo em unico proveito do seu patrão.

As dificuldades, mais apparecentes que por vezes se levantam, por parte dos Officiaes acerca do não cumprimento das escalas de embarque, é pelo facto de muitos dos associados não cumprirem com os seus deveres e a Associação não assumir a responsabilidade pelos actos dos seus associados.

A nosso ver, não é esta a sanção natural que corresponde aos factos; a Associação não garantir ao Offical que todos os seus associados cumpriram sempre rigorosamente, com os seus deveres; qualquer infracção praticada por um tripulante não pode acarretar responsabilidades à respectiva Associação, salvo se ella reconhecer colectivamente como boa essa infracção.

Todas as infracções tem um carácter individual; as penalidades correspondentes só podem recair naquelles que, de facto, as cometeram.

A verdadeira sanção tem-na ao seu alcance, tanto o Offical como a Associação: aquelle do despedimento, aquella eliminatória de sócio. Por este facto esta patenteia o seu propósito de não ser solidária com o acto praticado. E ao Offical basta-lhe, como garantia, a facilidade de despedir o tripulante infractor, que suportará todas as consequências boas ou más dos seus actos.

Esta sanção é mais moral do que legal, dirão; sem dúvida que o é, mas é mais compatível com a Liberdade e com a Justiça.

A admissão do pessoal nestas condições, tem como objectivo, não só o respeito pela associação, como a intervenção directa dos proprios trabalhadores nos respectivos contratos; não áles que intervêm, directamente representados, não por um arbitrio, mas sim por um camarada, conhecedor e igualmente interessado na questão, com mandato ou atribuições taxativas, sem a facilidade de deliberar por sua conta e risco.

A nosso ver, o que tem originado estes mal entendidos, entre os que admitem e os que são admitidos é, sem dúvida, o ter-se adoptado a tactica libertecida e injusta de coagir officiaes e levar tripulantes contra sua vontade. Ninguém pode nem deve ser constrangido a aceitar o que não quer, e, por consequência, a trabalhar em condições que lhe são repugnantes, embora se sujeite a sanção natural da sua recusa; de igual modo, ninguém deve ser obrigado contra sua vontade, a admitir criaturas que, por incompatibilidade de génio ou qualquer outro motivo não tolera.

Isto não quer dizer, de modo nenhum, que os marítimos não continuem obtendo colocação por intermédio das respectivas associações e por antiguidades de desembarques, com que, para tal, seja necessário impôr-se tripulantes contra vontade de quem os admite; isto será tanto mais simples quanto maior for o entendimento entre todos os sindicatos marítimos, sem excepção de categorias, por intermédio dos seus representantes.

VI

Aspirações imediatas das classes marítimas

As classes marítimas, comquanto não tenham ainda aquela cultura desejada, vão tendo já a acção de solidariedade e compreendendo que só com o seu esforço lhe é possível conquistar o que aspiram. Assim, quem for marítimo ou quem de parte lide com eles e que saiba interpretar a sua psicologia, verifica que todos almejam um determinado fim porque todos sentem uma necessidade de qualquer coisa.

Não há marítimos que, a interogação sobre o que desejam, não declarem prontamente que no seu espirito existe um desejo, uma vontade de possuírem mais regalias em conformidade com as suas necessidades; a todos repugna a severidade dos códigos antiquados e anti-humanos, que os impele muitas vezes a traírem o que no seu espirito já germina—à Solidariedade.

Enfim, todos aspiram uma vida melhor, mais consentânea com as suas necessidades e económicas, morais e sociais, mais equitativas, mais justas, mais libertárias.

O conjunto destes desejos é bom a interpretação das suas aspirações imediatas concretizadas nas conclusões desta tese, para conseguir tal desiderato, reputamos de indispensavel: nomear duma comissão composta por um delegado de cada associação, componente da industria de marinha mercante, presidida pelo secretario geral da Federação Marítima, que se denominará: Conselho Inter-Sindical da Industria de Marinha Mercante, e que fica incumbido de dar execução ás seguintes conclusões:

PRIMEIRA

Deficiências da Marinha Mercante

1.—O Conselho Inter-Sindical tem a missão de:

a) Defender a industria de marinha mercante, promovendo o seu desenvolvimento de modo que possa competir com a estrangeira, quer sobre o ponto de vista moderno, quer sobre o ponto de vista expansivo, já estudando os melhoramentos a fazer nos navios segundo a previsão técnica e científica, já estudando novas linhas de navegação a estabelecer.

b) Defender os interesses económicos e morais dos marítimos, levantando-lhe tanto quanto possível o nível moral e social, revendo-lhe e actualizando-lhe tanto quanto possível os salarios, de accordo com as respectivas classes, coordenando-lhe a sua acção de modo a manter o máximo respeito e solidariedade entre todas as classes, evitando questões que se possam transformar em lutas entre umas e outras, não devendo, portanto, qualquer classe pôr em pratica qualquer resolução de maior, desde que contenda com as restantes, sem primeiramente participar ao Conselho Inter-Sindical, para que este possa empregar os seus esforços para os resolver sem conflito.

c) Fazer inquérito sobre a administração da marinha mercante, despesas e lucros que qualquer navio ou companhia tenha, publicando-as num *Bolletim de Informação* que será distribuido aos marítimos, de forma a interessar-lhes e habilitá-los a discutirem as coisas com conhecimento de causa.

SEGUNDA

Horário de trabalho a bordo, fixação do numero de tripulantes e suas atribuições

II.—a) Regularizar o horário de trabalho na marinha mercante, não indo além de 48 horas por semana em porto, e 56 horas por semana a navegar, salvo casos de força maior que, para bom funcionamento dos serviços de bordo, e ainda por razões de ordem natural—mau tempo, fogo, salvamento de vidas humanas, etc., etc.—devem-se trabalhar tantas quantas forem necessárias, até sem remuneração alguma, porque assim o exigem os principios humanitários que defendemos.

b) Regularizar, conforme a tonelagem, natureza de navio e de viagens, o numero de tripulantes que a cada especialidade deve pertencer.

c) Os navios que naveguem para as ilhas ou colónias ou ainda aqueles que, pela sua tonelagem ou natureza de viagens, tenham tiragens superiores a 10 dias, deve fazer parte da sua equipagem um carpinteiro e um enfermeiro.

d) Definição das atribuições profissionais de cada categoria de modo que todos trabalhem a bordo, cada qual na sua especialidade, em conformidade com a tese *Atribuições profissionais*.

TERCEIRA

Condições de segurança dos navios, alojamentos dos tripulantes e sua alimentação

III.—Todos os navios devem reunir as seguintes condições:

a) embarcações em condições de segurança, com todos apetrechos que lhe pertencem.

b) ancoras e correntes suficientes, cabos de amarração, balões e defensas em bom estado, boias salva-vidas no peso regular, coletes de cortiça para todos os tripulantes.

c) aparelhos de carga em condições de segurança, linguas, cabos, etc.

d) bom funcionamento de todas as bombas, máquinas propulsores, auxiliares e de leme.

e) vestimenta externa do casco do navio sempre que for à doca e aparelho em geral, especialmente nos navios de vela, devem possuir bom costado, aparelhos e panos sobresselentes, tanques de agua em quantidade e alojamentos em condições de segurança.

f) alojamento espaçosos com condições higienicas, devendo ter sempre roupas lavadas, não consentir tres beliches sobrepostos, ou dois prolongados, possuindo ventilação suficiente, estufas de aquecimento, mesas para comer e, nos navios que a isso se prestem casas de refeitório separadas do rancho.

g) casas de banho para todos os tripulantes, filtros de pressão com esterilização para todas as pessoas existentes a bordo e quantidade de medicamentos conforme a natureza da viagem.

h) estabelecimento de comida igual a bordo para todos, regulamentando-se a quantidade que a cada tripulante deve pertencer.

i) para melhor manter a higiene e economia de comida haverá a bordo um *Moss boy* encarregado da limpeza dos alojamentos dos tripulantes e servir-lhes à mesa.

j) o ordenado será moço, sendo de primeira viagem até a julgar.

k) quando o C. I. S.